

Fronteiras da oralidade:
breves reflexões sobre particularidades
da entrevista com mulheres idosas

Rafaela Barkay*

*Não basta sentir a chegada dos dias lindos.
É necessário proclamar: 'Os dias ficaram lindos.'*

(Carlos Drummond de Andrade)

Introdução

O tema de minha pesquisa de mestrado foi a memória e os costumes de um grupo de senhoras sefaraditas que por 21 anos se reuniu uma vez ao mês na cidade de São Paulo a fim de praticar o idioma ladino e reviver os sabores da infância. Sefaraditas são os judeus descendentes daqueles que foram expulsos da Espanha no ano de 1492 e se dispersaram pelos Bálcãs, Turquia, Norte da África e países árabes da costa mediterrânea.

O ladino, idioma praticado por essa população, tem como base o espanhol arcaico, e foi acrescido de novas camadas nos lugares por onde passou. Conhecido formalmente como judeu-espanhol, também recebeu outras denominações como “*judezmo*”, “*spanyolit*”, “*el kasteyano nuestro*” ou mesmo

* Doutoranda da área de estudos judaicos do Programa de Pós-Graduação em Estudos Judaicos e Árabes, no Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Letras e graduada em Fonoaudiologia pela mesma instituição. E-mail: rafabarkay@gmail.com.

simplesmente “*espanyol*”, ora escrito com caracteres hebraicos, ora com latinos. Carregou consigo a alegria e a abundância de séculos de convivência que judeus, muçulmanos e cristãos experimentaram na Península Ibérica sob o Império Islâmico. Pleno de musicalidade, de um singular senso de humor e do colorido dos sabores mediterrâneos, meio de expressão de um vasto repertório de todo tipo de antídoto contra mau-olhado, inveja ou qualquer ameaça ao bem-estar e ao sucesso dos entes queridos, o ladino foi o idioma praticado pelas comunidades judaicas que encontraram refúgio sob o Império Otomano até sua derrocada. Manteve-se como língua viva até meados do século XX, quando a ascensão do nazismo destruiu os grandes centros sefarditas, desferindo-lhe um golpe mortal como língua vernácula.

As senhoras dos Caminhos de Leite e Mel

As senhoras que entrevistei faziam parte do grupo de mulheres *Kaminos de Leche i Miel*, que se reuniu mensalmente entre os anos de 1992 e 2013, a fim de manter viva a memória do idioma e da cultura praticados por seus antepassados. Pertenciam em sua maioria a famílias de procedência turca, mas também havia as búlgaras e as iugoslavas. Todas eram de origem judaica, em idades que variavam dos 65 aos 90 anos, e moradoras de bairros de classe média-alta em São Paulo.

Essas guardiãs de uma cultura em processo de assimilação buscavam sem muito sucesso transmitir seu legado às gerações mais jovens. Se os Estados Unidos, alguns países da Europa, Israel e Argentina testemunham no século XXI um despertar da língua e da cultura sefarditas através da música, da culinária e da produção acadêmica, no Brasil elas caminham para o esquecimento, salvo pouquíssimas produções isoladas. No ambiente familiar, onde tradicionalmente se desenvolveu, ainda se manifesta na mesa farta, típica das celebrações mais importantes do calendário judaico.

O testemunho e a experiência feminina do envelhecer

Se por um lado o envelhecimento é parte do ciclo natural da vida, por outro, a maneira como é percebido é uma construção histórico-social. Debert (2015) aponta o fato de que “as representações sobre a velhice, a posição social

dos velhos e o tratamento que lhes é dado pelos mais jovens [...] ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos”. O envelhecimento da população que tem se manifestado em países em desenvolvimento – como consequência do prolongamento da vida e da redução da taxa de natalidade – reproduz o cenário que já se podia observar em países da Europa e nos Estados Unidos. Esse fenômeno tem como consequência o surgimento de uma nova categoria social, como descreve Debert:

[...] os idosos, como um conjunto autônomo e coerente que impõe outro recorte à geografia social, autorizando a colocação em prática de modos específicos de gestão. Nesse movimento que surge no século 19, a visão da velhice como um processo contínuo de perdas e de dependência é responsável por imagens negativas que lhe são associadas, mas é também elemento fundamental para a legitimação de direitos sociais, como a universalização da aposentadoria. (Debert, 2015).

No entanto, Domingues alerta para a imposição de uma moral que muitas vezes recai sobre o idoso, e lhe cobra um envelhecimento “saudável ou ‘bem-sucedido’”, não encorajando ou não reconhecendo a “experiência singular de cada indivíduo”, ao reforçar a ideia de “um mecanismo de controle baseado no prévio estabelecimento de padrões de condutas esperados para cada estágio do desenvolvimento, incluindo uma determinada forma de envelhecer” (Domingues, 2014, p. 553). Salientando o papel do idoso como testemunha dos meios e modos do grupo social ao qual pertence, adiciona:

Afirmar a velhice como uma experiência narrativa não se justifica pelo fato do idoso se encontrar em um momento em que várias histórias se acumularam ao longo de sua vida, mas porque são essas histórias que afirmam o seu modo de ser, de ver a vida e de se relacionar com os outros, e que o tornam testemunha e guardião das memórias de nossa sociedade. Justificamos, neste sentido, o lugar do idoso como narrador privilegiado em uma comunidade repleta de memórias, palavras e práticas que podem ser socializadas e compartilhadas por todos. [...] A perda do lugar de narrador implica na nossa incapacidade de contar e recontar, de dar e receber conselhos, e de nos orientar durante a vida – orientação prática e plural. A narração se situa, desta forma, como um tipo de transmissão oral e comunitária. (Domingues, 2014, p. 557).

Durante meu processo de pesquisa, ao entrar em contato com a responsável pelo grupo *Kaminos de Leche i Miel*, fui prontamente convidada para a reunião seguinte. Fui carinhosamente recebida, e a mesma reação que a coordenadora demonstrara ao telefone se repetiria ali: “Mas o que eu tenho a acrescentar?”, a pergunta que surgiria outras tantas vezes durante as entrevistas – afinal, o que os costumes do ambiente doméstico ou as trajetórias familiares teriam a contribuir em uma pesquisa acadêmica? Asseguradas de que era justamente esse universo que me interessava, me relatavam suas práticas e memórias de família com alegria. Várias vezes me recordei de minha avó, cujas histórias eu adorava escutar, ou de cujas mãos surgiram os sabores mais queridos de minha infância. Sinto não tê-las registrado, e apesar de ter boa mão para a cozinha, nunca consegui reproduzir com qualidade suas receitas. Talvez nas minhas tentativas faltasse o mistério que somente as avós conhecem.

O envelhecimento de mulheres é visto por alguns autores como um acúmulo de uma dupla dose de vulnerabilidade, sendo elas discriminadas tanto como mulheres quanto como idosas. Entretanto, outros acreditam que a velhice feminina seja mais suave que a masculina, uma vez que

[...] a mulher não experimenta uma ruptura em relação ao trabalho tão violenta quanto à dos homens na aposentadoria. Os vínculos afetivos entre filhos e mães são mais intensos e por isso os filhos estão mais dispostos a cuidar delas do que de seus pais idosos. Os controles sobre a mulher na velhice são afrouxados, posto que ela já não detém a função procriativa e mesmo nas sociedades em que são elas as transmissoras de herança, o controle é sempre maior ao longo de sua vida jovem e adulta do que na velhice. (Debert, 1994, p. 33-34).

Debert sustenta ainda que o envelhecimento para a mulher significa a passagem de um mundo regrado – vivido sob a opressão de pais, de maridos e da sociedade sobre suas ações – para outro em que “o processo de perdas indesejadas e sofridas” tornam possíveis a independência e a liberdade, dando à vida cotidiana uma nova dimensão de bem-estar (Debert, 1994). Se a descrição de tais processos talvez possa não ser mais válida em um contexto social experimentado por muitas mulheres no mundo contemporâneo, para este grupo específico, traduz com fidelidade a experiência – se não da totalidade, da absoluta maioria – daquelas que foram entrevistadas para este estudo.

Mulheres e história oral

A história oral destaca-se como ferramenta essencial na composição da memória coletiva e na construção de narrativas. Ao voltar-se para o passado, encontra seu instrumental nos “vestígios do pretérito existentes no presente” (Guarinello, 1998, p. 62). Relegadas a segundo plano nos registros oficiais da história de seu povo, as mulheres sefaraditas, geração após geração, praticaram, guardaram e ensinaram umas às outras as sutilezas e os pequenos segredos de sua preciosa cultura. Entretanto, como salienta Davis no texto *Women's history in transition: the European case* (publicado em 1976 na revista *Feminist Studies*), “a maior parte do que conhecemos nos é transmitida por homens, e em trabalhos literários, textos normativos, tratados morais e expressões artísticas, ou as mulheres estão completamente ausentes, ou são encontradas dentro do discurso de homens sobre mulheres” (Davis, 1966 apud Salvatici, 2005, p. 30).

A história oral e a história de mulheres estão intimamente conectadas desde sua origem. Disseminadas mais amplamente a partir da década de 1960, ambas buscavam o resgate de uma história oculta. Enquanto historiadores orais pretendiam fazer ouvir a voz dos desfavorecidos, feministas desejavam demonstrar o papel desempenhado por mulheres no passado e no presente. O interesse por mulheres como fontes orais gerou novos tópicos de investigação, tais como a vida diária, as atividades domésticas e a esfera privada da vivência de mulheres comuns, visando a validação da narrativa de experiências femininas. Mais do que simples registro, a história oral de mulheres mostra-se como ferramenta essencial na composição das democracias contemporâneas ao incluir a voz de diferentes sujeitos sociais e permitir a formulação de outras memórias que não somente aquelas valorizadas pela história oficial (Salvatici, 2005, p. 29).

Antes de cada entrevista, eu fazia um contato telefônico para explicar meu propósito e agendar a data para nosso encontro. Solicitava às entrevistadas que, se possível, separassem fotos antigas de família e objetos que pudessem enriquecer nosso registro. Algumas não se sentiram confortáveis em oferecer seu testemunho, opção que foi respeitada, sendo a negação ao depoimento também considerada objeto de análise posterior. Elaborei um questionário que servia de base para o meu trabalho; no entanto, permiti que as entrevistas seguissem seu fluxo, me certificando de que permanecessem dentro do contexto previsto e não se perdessem em detalhes pessoais.

Se inicialmente eu esperava encontrar nos relatos certa uniformidade, talentos, preferências e lembranças específicas se revelavam com o desenrolar das visitas, construindo um mosaico cujas peças, mais que acumular informações justapostas, viriam a compor um todo coerente quando posteriormente reunidas. Freitas afirma que “a maior potencialidade deste tipo de fonte é a possibilidade de resgatar o indivíduo como sujeito no processo histórico” e chama a atenção para a riqueza do registro de diferentes pontos de vista sobre o mesmo fato, de testemunhos que, omitidos ou desprezados pelo discurso do poder, estariam condenados ao esquecimento (Freitas, 2006, p. 47-49).

Memória individual e memória coletiva

A compreensão da construção da memória e seus processos individuais e coletivos são foco central nos trabalhos de Maurice Halbwachs e Ecléa Bosi. Ao convidá-los ao diálogo, busquei inspiração para construir o arcabouço teórico de minha pesquisa. Para desenvolver seu conceito sobre memória individual e memória coletiva, Halbwachs faz uma leitura crítica dos princípios tecidos por Bergson. Bosi, por sua vez, fundamenta-se em ambos e produz importante literatura na área da psicologia social. Traçarei inicialmente algumas considerações a respeito da teoria bergsoniana à luz desses dois autores, para em seguida desenvolver minha análise.

Bosi aponta a distinção feita por Bergson entre a memória-hábito, essencialmente motora, e as lembranças compreendidas como elementos do passado que permanecem armazenados em um lugar infraconsciente independentes de qualquer uso. O papel da consciência seria então o de selecionar o que viria à luz e o que ficaria à sombra: “É precisamente nesse reino de sombras que se deposita o tesouro da memória”, diz Bosi (2010, p. 52).

Se Bergson acredita que exista um lugar onde todo o passado do indivíduo fica armazenado, “como páginas impressas nos livros que poderíamos abrir, ainda que não os abrissemos mais” (Halbwachs, 1990, p. 77), Halbwachs sustenta que não existem imagens inteiramente prontas, e sim um repertório social ao qual o indivíduo recorre a fim de reconstruir suas memórias. Ele alega que o subjetivismo bergsoniano não considera as interações com o outro, e pressupõe que o indivíduo esteja encerrado em si mesmo, reduzindo a ideia de consciência “à contemplação de seus estados” (Halbwachs, 1990, p. 77-98). Na mesma linha, Bosi afirma que a memória deve ser entendida

como fenômeno social: “Não há, no texto de Bergson, uma tematização dos sujeitos-que-lembram, nem das relações entre os sujeitos e as coisas lembradas; como estão ausentes os nexos interpessoais, falta, a rigor, um tratamento da memória como fenômeno social” (Bosi, 2010, p. 54).

Halbwachs critica a psicologia clássica e as psicologias associacionistas e fisiológicas por terem falhado ao

[...] não reconhecer os muitos fatores externos que estimulam [o indivíduo], tais como as instituições, os costumes, as interações de ideias e, sobretudo, de linguagem, que, desde a infância e através de sua vida, condicionam seu entendimento, seus sentimentos, seu comportamento e atitudes [...]. (Halbwachs, 1939, p. 812, tradução livre).

Nesse sentido, Bosi credita à linguagem o aspecto social da memória, que “reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual”. Afirma serem as convenções verbais produzidas em sociedade os elementos constituintes do quadro ao mesmo tempo mais elementar e mais estável da memória coletiva (Bosi, 2010, p. 56).

Ora, se a linguagem é ponto central na composição da memória, que papel teria o ladino na identidade dos sefaraditas? E qual a função do grupo *Kaminos de Leche i Miel* ao resgatar o idioma das antigas gerações? O que resta dessa cultura para as gerações seguintes já estabelecidas no Brasil e não praticantes do idioma – seria este o fim de uma cultura? Os conceitos de memória individual e memória coletiva de Halbwachs e a concepção de memória social de Bosi são fundamentais na compreensão da narrativa do grupo que elegi como foco de minha pesquisa. Os recortes individuais, quando colocados em perspectiva, permitem uma observação da prática da cultura sefaradita por este grupo específico.

Halbwachs entende que toda memória é coletiva e, como tal, constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. Afirma que “o indivíduo que lembra é sempre inserido e habitado por grupos de referência e que se a memória é construída em grupo, é também um trabalho do sujeito”. Diferencia estados da rememoração que podem “permanecer um dado abstrato, formar-se em imagem e permanecer como tal, ou finalmente tornar-se uma lembrança viva”, cujo destino dependerá da existência ou não de um grupo de referência (Schmidt; Mahfoud, 1993, p. 288).

Fundamentado na sociologia durkheimiana, Halbwachs cita uma passagem de Blondel que diz:

O indivíduo não inventa a sua religião, seus costumes, suas leis, sua estética, sua ciência, sua linguagem, os padrões de seu comportamento cotidiano com seus iguais, superiores ou inferiores, com os fortes e os fracos, com os idosos, as mulheres ou filhos, sua maneira de comer e se comportar à mesa, o detalhe infinito, finalmente, de seu pensamento ou a sua conduta. Tudo isso ele recebe pronto graças à educação, à instrução e à linguagem provenientes da sociedade da qual ele faz parte. Isso inclui, com certeza, atividades conscientes; mas são estados mentais, cuja característica mais importante é serem distinguíveis dos estados puramente individuais. [...] As ideias dos homens morais não são a moral, aquelas do sábio não são a ciência; nossos gostos não são a estética, as palavras que trocamos não são a linguagem. Uma realidade mental que constitui e ao mesmo tempo transcende a consciência individual, tal é a natureza essencial das representações coletivas. (Blondel, 1925 apud Halbwachs, 1939, p. 814-815, tradução livre).

Halbwachs não credita valor negativo à memória coletiva, tal como alguma imposição ou qualquer forma de dominação sobre o indivíduo, mas a descreve como elemento de reforço da coesão social pela adesão afetiva ao grupo, que em um processo de constante negociação se concilia com as memórias individuais (Pollak, 1989, p. 3). Afirma que não basta o depoimento do outro para que a memória coletiva seja acolhida, mas que essas lembranças ainda lhe sejam significativas: “É necessário ainda que [...] [o indivíduo] não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre [a memória coletiva e a individual] para que a lembrança que nos recordam possa ser construída sobre um fundamento comum”, que só é possível se os indivíduos continuarem a fazer parte da mesma sociedade (Halbwachs, 1990, p. 34).

Seria possível a existência de uma memória individual pura, sem qualquer influência do grupo? Halbwachs entende que não. Argumenta que com muita frequência atribui-se ao indivíduo a origem das lembranças – quando na verdade elas teriam inspiração coletiva – e credita a origem dessa impressão à proximidade com aqueles que o cercam, o que geraria uma vibração em uníssono entre indivíduo e grupo (Halbwachs, 1990, p. 47).

No entanto, Halbwachs compreende o sujeito como portador de seu ponto de vista sobre a memória coletiva, que varia de acordo com o lugar que ele ocupa no grupo e sua relação com outros meios.

[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. [...] Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (Halbwachs, 1990, p. 51).

Sob esse prisma, não seria então esta a singularidade de cada memória individual, uma vez que cada ser é único em sua existência? Em uma das entrevistas que conduzi, a depoente convidou três primas para o nosso encontro, no qual cada uma se reportou de maneira particular às mesmas memórias de família e as quatro, juntas, costuraram a memória comum.

Bosi caracteriza o conceito de memória coletiva de Halbwachs como “um trabalho sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo”. A autora compreende a função da comunidade familiar ou grupal como “testemunha e intérprete daquelas experiências”, na qual “coexistem elementos de escolha e rejeição em relação ao que será lembrado” (Bosi, 1993, p. 281). Halbwachs entende que “fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras” (Halbwachs, 1990, p. 25).

Essa relação entre o plano individual e o coletivo se fazia presente no grupo de ladino, que servia de veículo, segundo vários testemunhos, para que as entrevistadas praticassem o idioma de seus pais. Um desejo de manter a memória viva, para que não se distanciasse do coração, foi a resposta que se repetiu em vários depoimentos diante da minha pergunta a respeito do valor do grupo. Halbwachs comenta: “Esquecer um período de sua vida é perder contato com aqueles que então nos rodeavam. Esquecer uma língua

estrangeira é não estar mais em condições de compreender aqueles que se dirigiam a nós nessa língua ainda que fossem pessoas vivas e presentes, ou autores cujas obras líamos” (Halbwachs, 1990, p. 32-33). De alguma maneira, os encontros mensais do grupo evocavam os afetos do passado.

Os objetos materiais têm um papel relevante na constituição da memória; aqueles com os quais estamos em contato diário

[...] mudam pouco, e nos oferecem uma imagem de permanência e estabilidade. [...] móveis, ornamentos, quadros, utensílios e bibelôs circulam no interior do grupo, nele são objetos de apreciações, de comparações, descortinam a cada instante horizontes sobre as novas direções da moda e do gosto, nos lembram também os costumes e distinções sociais antigas. (Halbwachs, 1990, p. 131-132).

A primeira entrevista que conduzi foi com minha tia Ruth. Ela me recebeu em sua casa, e esse encontro foi o mais longo de todos. Nos detivemos por muito tempo sobre antigas fotografias de família e ela me explicou mais uma vez quem eram os bisavós e os tios distantes que eu nunca conhecera. Em algum momento, me dei conta de uma mesinha de madeira escura na sala de estar. Ela sempre estivera ali, mas naquele momento meu olhar de pesquisadora percebeu um valor até então oculto – essa mesinha era o par daquela que eu tinha em minha casa, herdada de minha avó materna, a mãe de minha tia. E sobre ambas, a mesma toalhinha bege, como aquelas que eu tantas vezes testemunhara minha avó crocheter, seguindo as receitas das revistas japonesas; sobre elas, cada uma dispusera seus próprios bibelôs. Um pedaço de passado ressignificado habitava nossas salas de estar. “São esses objetos que Violette Morin chama de objetos biográficos [...]. Cada um desses objetos representa uma experiência vivida. [...] Penetrar na casa em questão é conhecer as aventuras afetivas de seus moradores” (Bosi, 2010, p. 441).

“[...] não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” – afirma Halbwachs. “Ora, o espaço é uma realidade que dura [...] e não seria possível [...] recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca” (Halbwachs, 1990, p. 143). Os objetos que compõem esse espaço e que trazem embutida a lembrança de momentos doces e de entes queridos são percebidos por Bosi como elementos que confirmam a identidade do indivíduo e do grupo.

Se a mobilidade e a contingência acompanham nosso viver e nossas interações, há algo que desejamos que permaneça imóvel, ao menos na velhice: o conjunto de objetos que nos rodeiam. Nesse conjunto amamos a quietude, a disposição tácita mas expressiva. Mais que um sentimento estético ou de utilidade, os objetos nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade. Mais que da ordem e da beleza, falam à nossa alma em sua doce língua natal. [...] O que poderá se igualar à companhia das coisas que envelhecem conosco? Elas nos dão a pacífica impressão de continuidade. (Bosi, 2010, p. 441).

Quanto de nós é memória? Talvez muito mais do que tenhamos consciência; no entanto, nosso olhar é absolutamente único, e no encontro entre passado e presente que somos, deixamos nossa marca pessoal. “Uma memória coletiva” – diz Bosi – “se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige, passa a limpo” (Bosi, 2010, p. 410-411).

Queremos apenas fazer pensar no lastro comunitário de que nos servimos para construir o que é mais individual. De uma vibração em uníssono com as ideias de um meio passamos a ter, por elaboração nossa, certos valores que derivam naturalmente de uma *praxis* coletiva. (Bosi, 2010, p. 407).

Bosi salienta, entretanto, o valor do indivíduo perante o grupo:

Por muito que se deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode obter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum. (Bosi, 2010, p. 411).

Em vários momentos pude notar nas entrevistadas uma preocupação quase melancólica sobre o destino de seu legado. Em seus depoimentos pairava a dúvida, semelhante àquela levantada por Bosi, a respeito do interesse que tais elementos poderiam despertar para as gerações seguintes, além do questionamento da capacidade de encontrar uma linguagem que pudesse comovê-las. “As lutas pela memória, eis algo de que todos temos conhecimento de causa” (Bosi, 2010, p. 411).

No entanto, a história segue se refazendo. Não existe um ponto final, e cada geração compõe mais uma camada.

A história deve reproduzir-se de geração em geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos. [...] O narrador é um mestre do ofício que conhece seu mister: ele tem o dom do conselho. A ele foi dado abranger uma vida inteira. Seu talento de narrar lhe vem da experiência; sua lição, ele extraiu da própria dor; sua dignidade é a de contá-la até o fim, sem medo. Uma atmosfera sagrada circunda o narrador. (Bosi, 2010, p. 90-91).

O povo judeu tem grande apreço pela memória e, ano após ano, repete sua história em ciclos transmitidos de geração para geração. O que está escrito é lido e relido. Aquilo que não foi registrado é ensinado nas cozinhas, nas conversas à mesa ou nos hábitos entremeados na vida diária.

Grande parte da nossa identidade – pessoal e coletiva – depende da nossa lembrança. Como judeus, colocamos uma grande ênfase em comemorar eventos importantes da nossa história: as falhas, bem como os sucessos, as derrotas e as vitórias. Estes têm sido em grande parte o cimento que mantém a nossa identidade judaica viva. [...] Nós também usamos os nossos festivais desta forma. O que é mais óbvio é, naturalmente, o Pessach.¹ [...] Outro aspecto da lembrança no Pessach [...] é o ritual, bem como a liturgia e o reviver dos acontecimentos históricos [...]. Esta é também uma forma de manter um elo com o nosso passado, nossa história, nossos valores e os eventos que nos moldaram como povo. (Bloomfield, 2002, p. 101-103, tradução livre).

Memória e narrativa

Na grande maioria das entrevistas o rito pascal judaico foi lembrado, seja pela mesa farta e pelas cantigas, seja pela liturgia. Talvez entre todas as celebrações coletivas da tradição judaica, esta seja a mais íntima, por realizar-se

1 A Páscoa judaica, tradicionalmente celebrada em família com uma ceia festiva precedida pela leitura ritual da história da saída dos judeus do Egito conforme descrito no livro Êxodo no Pentateuco.

no lar, ao redor da mesa. Cada família faz seus pequenos ajustes particulares, talvez alguma variação das receitas utilizando ingredientes locais, mas o mesmo tesouro comum é transmitido além das fronteiras e através das gerações. Se a memória é nosso elemento essencial, a narrativa a reconstrói e faz seguir adiante. Ferreira e Grossi descrevem o encontro entre a história contada e aquele que a ouve:

[...] as histórias narradas ameilham vozes revividas e constelações de imagens, enredando os fios da existência. Mobilizam um outro universo, emaranhado portador de memória e de experiência do vivido. Criam disponibilidade para o encontro e a presença. Asseguram o vínculo entre o sujeito e suas interações no mundo. Devolvem uma história através de palavras, conferindo-lhe um passado, trançando identidades. Tornam possível a travessia do relato individual, nomeado e singularizado, para a engenhosa construção do coletivo. (Ferreira; Grossi, 2004, p. 42).

O contar das histórias – sejam elas dos grupos menores e familiares, sejam dos mais amplos e coletivos – conecta indivíduos e lhes confere raízes. É na intimidade do relato e na prática dos ritos e costumes que a memória afetiva se estabelece. Nessa esfera, a consciência do pertencimento constrói as bases mais profundas da identidade. Conta o mito que Mnemósine, a “rainha das colinas de Eleutera”, a terra da liberdade completa, nasce do amor entre Urano (céu) e Géa (terra), e é protetora ao mesmo tempo da justiça e da vingança. Da união entre Zeus e Mnemósine nasce a musa Clio, a história, cujo berço é o cume do poder terrestre e a configuração do passado (Ferreira; Grossi, 2004, p. 43).

Bosi qualifica a narração como uma “forma artesanal de comunicação que não visa a transmitir o ‘em si’ do acontecido; [...] ela o tece até atingir uma forma boa. Investe sobre o objeto e o transforma. [...] Contar uma história é imprimir a marca individual aos fatos, lhe conferir textura”. Segundo a autora, a função da memória é a organização do passado, que, “revelado deste modo, não é o antecedente do presente, é a sua fonte” (Bosi, 2010, p. 88-89).

O sentido da narrativa para Ferreira e Grossi não é a simples reprodução do acontecido, mas a construção do vivido por meio do discurso. “Confere-se ao sujeito o poder de dizer, dizer-se, dizer-nos, o poder de resistir em sua singularidade, procurando apenas uma abertura dialógica” (Ferreira; Grossi, 2004, p. 44).

Em *Ética e história oral*, Perelmutter aponta para a horizontalidade da relação entre o entrevistado e o pesquisador e a consequente “falta de controle e autoridade do historiador sobre a sua fonte”, entendendo a história oral como um canal de comunicação entre o puramente individual e a paisagem cultural; sua definição como “estudo das representações do presente sobre o passado” (Perelmutter, 1998 apud Freitas, 2006, p. 45).

Busquei manter um olhar atento para os signos ao redor do discurso. Algumas vezes a maneira de falar, o não dito, a construção do raciocínio davam tantas pistas sobre a cultura sefardita quanto o fato que era relatado.

[...] a subjetividade de um narrador demanda do pesquisador a procura de significações que lhe permitam compreender, na ordem do discurso, cenas que representem um sujeito e suas autonomias no ato de narrar. Nessa direção, não é o relato pelo relato que contenta o pesquisador, mas as possíveis inferências que o mesmo pode fazer a partir das narrativas. (Ferreira; Grossi, 2004, p. 54).

As mensagens paralelas não eram programadas, mas construíam-se no decorrer da narrativa. Surgiam no fluxo do relato, desapercibidas, e ganhavam densidade proporcional ao envolvimento da narradora e ao meu próprio. Muitas vezes me vi transportada para uma outra época, uma outra paisagem. Acompanhar as entrevistadas em seu processo de rememoração me fez sentir mais de uma vez como personagem de minha investigação. Ferreira e Grossi entendem que apreender a subjetividade significa perceber a própria trama: “Trata-se da composição dos diversos universos que habitam cada existência em seu estar no mundo” (Ferreira; Grossi, 2004, p. 46).

Os relatos orais representam paisagens onde se esboçam algumas das questões, afetos e produções que estão mobilizando certa existência. Expõem o substrato de sua cena e as costuras de seu tecido, celebram transformações como condicionantes da realidade vital. Adestram a sua polifonia, murmuram a sua historicidade. (Ferreira; Grossi, 2004, p. 47).

“O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam”, afirma Bosi (2010, p. 85).

“*Bechol dor vador, chaiáv adam lirót et atsmó, keilu hú iatsá mimitsráim*”, do hebraico: “Em cada geração, cada um deve se perceber como se ele mesmo

tivesse saído do Egito” (Talmud, Pessachim 116b apud Os 12 pessukim..., s.d.). O trecho talmúdico, repetido a cada ano em todos os lares judaicos no rito pascal, confere a responsabilidade a cada indivíduo perante os fatos da história, e clama: seja parte, para tornar-se inteiro.

Algumas questões éticas

O entendimento de que meu objeto de análise seria o texto derivado da transcrição das entrevistas que me foram concedidas foi um elemento essencial no processo de pesquisa. Se, por um lado, a possibilidade de observação dos códigos no entorno do discurso me permite um olhar mais apurado, as entrevistadas foram sempre percebidas não como objetos, mas como sujeitos – como tal, quaisquer expressões de desconforto foram acolhidas e o seu direito à recusa foi sempre assegurado. Procurei respeitá-las em suas individualidades; em alguns casos, mesmo que não solicitado, omiti passagens que pudessem expor indesejavelmente sua intimidade ou constrangê-las. Da lista inicial de participantes do grupo de ladino que me foi disponibilizada, nem todas concordaram em falar ou tiveram disponibilidade para me encontrar. Seus argumentos sempre foram respeitados e considerados válidos; julguei mais importante ser fiel a esses princípios do que alcançar qualquer salto quantitativo no número de entrevistas.

Ferreira e Grossi salientam que o princípio da justiça “inspira-se no respeito ao outro que se iguala enquanto espécie, mas se diferencia enquanto singularidade. É através do senso de justiça que a lei moral e a ética se objetivam e possibilitam ao sujeito o exercício da autonomia, tendo a liberdade como possibilidade de escolha, ao se tomar decisões” (2004, p. 51-52).

Por não ser permitido violar sua integridade física e psíquica, é preciso que se aprenda a não tornar o outro um objeto, uma coisa e não usar a força como mecanismo de coerção. A ética, enquanto forma de interação com o outro, abre campo aos sujeitos para a construção e o exercício da solidariedade ao próximo. (Ferreira; Grossi, 2004, p. 52).

A história oral é um campo no qual o compromisso ético mostra-se imperativo, visto que “a relação sujeito-outro necessita ser contemplada em um processo que envolve individualidades e onde as diferenças devem ser respeitadas” (Ferreira; Grossi, 2004, p. 50).

Cabe ao pesquisador estar circunscrito ao *ethos*, caracterizado como habitabilidade, termo da arquitetura moderna que significa lugar em que o sujeito se sente bem. Na perspectiva ética este lugar é com o outro. A relação que se estabelece entre entrevistador e entrevistado é mediada por um respeito às diferenças. Tal respeito convoca-nos a tematizá-lo na fronteira da alteridade. Sendo assim, ao reconhecer o outro enquanto espécie passamos a estabelecer uma relação entre iguais que abre a possibilidade do encontro entre sujeitos. (Ferreira; Grossi, 2004, p. 50-51).

Portelli concebe a história oral como “uma ciência e arte do indivíduo”, e sustenta que mesmo que a metodologia diga respeito a padrões coletivos – padrões culturais, estruturas sociais ou processos históricos –, é na conversa com pessoas que se configura. Afirma que “apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a história oral é, por definição, impossível sem ele” e, portanto, a ética dos contatos humanos diretos é imprescindível em seu exercício (Portelli, 1997, p. 15).

Não obstante todas as entrevistas desta pesquisa terem abordado um mesmo tema, cada uma descortinou um universo único e pessoal. Portelli diz ser a memória um “processo individual que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados” (Portelli, 1997, p. 16). Afirma que as recordações de duas ou mais pessoas podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas, porém jamais serão iguais. Ferreira, por sua vez, compreende que o sujeito é autônomo na construção da narrativa, quando, “vinculando-se a um grupo com suas normas morais, ele as interioriza, e ao refletir sobre as consequências de suas decisões, escolhe aceitá-las ou recusá-las” (Ferreira, 2002 apud Ferreira; Grossi, 2004, p. 51).

O respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na História Oral. Não são exclusivamente os santos, os heróis, os tiranos – ou as vítimas, os transgressores, os artistas – que produzem impacto. Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias *em potencial*, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. [...] Cada entrevista é importante, por ser *diferente* de todas as outras. (Portelli, 1997, p. 17, grifos no original).

Compreendo, portanto, que as individualidades e a herança coletiva têm igual relevância no registro da memória de um grupo, e que no processo de elaboração da narrativa entrevistador e entrevistado são atores complementares.

Meios digitais, novas mídias e o ritmo das coisas

As entrevistas que conduzi foram, por precaução, registradas em dois diferentes suportes: além do registro em vídeo, o áudio foi gravado em separado. Entretanto, nos casos de recusa ao registro de imagem ou solicitação de interrupção da gravação, as demandas foram atendidas – todas as depoentes tinham sido certificadas previamente de que nenhum material seria publicado sem a sua anuência. Freitas indica que a atitude do pesquisador seja cuidadosa durante toda a entrevista, a fim de que não interfira na fala do entrevistado ou faça qualquer juízo de valor: “A nossa preocupação é garantir a visão de mundo, as ideias, os sonhos e as crenças dos depoentes” (Freitas, 2006, p. 91). Esse cuidado deve, sem dúvida, se estender para além do momento da entrevista, para assegurar a compreensão do entrevistado quanto ao destino do material produzido. Qualquer dúvida, insegurança ou pudor devem ser respeitados sem prejulgamentos.

Acreditando no valor da espontaneidade do discurso, busquei preservá-la na medida do possível, o que me permitiu obter dados sobre as formas de expressão e sobre a maneira de ser dessa comunidade. Todas as entrevistas foram transcritas e minimamente editadas a fim de garantir uma boa compreensão de seu conteúdo, porém guardando o máximo de fidelidade em relação ao relato original. Eventualmente omiti alguns trechos por não se mostrarem relevantes para a pesquisa ou por desnecessariamente exporem aspectos privados das entrevistadas. O texto resultante desse trabalho constituiu-se objeto de análise. As transcrições em estado bruto, assim como os arquivos de áudio e vídeo, foram armazenados em disco rígido, com cópias de segurança em disco externo.

Na contracorrente do afã pelo compartilhamento público que domina as interações virtuais em nossos dias, o cuidado com a superexposição no caso do depoimento de idosos deve ser redobrado. A certificação de que o depoente sintá-se confortável em relação à concessão da entrevista e sua posterior publicação há de ser condição essencial para sua realização, e eventuais

desistências ou pedidos de mudanças devem ser considerados. Minha ideia inicial era disponibilizar ao público os vídeos originais para que servissem a estudos futuros, no entanto, na impossibilidade do controle da utilização desse material por terceiros, e a fim de preservar a privacidade das depoentes, optei por não publicá-los. No caso de constituição de acervos digitais, entretanto, uma vez que a privacidade e o respeito à vontade dos depoentes estejam assegurados, ambientes virtuais podem ser de extrema valia na preservação de relatos em primeira mão. Bosi define com delicadeza a condição do idoso como depositário e propagador da memória do grupo:

Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo na sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade. (Bosi, 2010, p. 63).

Por negligência ou desatenção, corre-se o risco da não valorização do papel social do idoso, que “sente-se um indivíduo diminuído, que luta para continuar sendo um homem” (Bosi, 2010, p. 79); imersos em nossos ritmos alucinados, podemos descuidar-nos daqueles que têm seus movimentos lentificados pela passagem do tempo. “O coeficiente de adversidade das coisas cresce: as escadas ficam mais duras de subir, as distâncias mais longas a percorrer, as ruas mais perigosas de atravessar, os pacotes mais pesados de carregar. O mundo fica eriçado de ameaças, de ciladas” – prossegue Bosi (2010, p. 79). Em uma sociedade que pouco valoriza a sabedoria da idade avançada, nos cabe, como pesquisadores, retribuímos aos entrevistados o presente da memória que nos é ofertado com a atenção, qualidade que tem sido tão negligenciada.

Considerações finais

Talvez o ônus da prontidão de uma vida digitalizada esteja no esquecimento do tempo das coisas. Acostumados ao imediatismo proporcionado pelo mundo virtual, nos distanciamos dos processos da vida. Ao trabalharmos com idosos, é preciso que atentemos não somente aos seus ritmos lentificados pelo avançado dos anos, mas ao fato de terem testemunhado outro tempo – uma época em que se vivia em maior consonância com os ritmos da natureza.

Exigir do idoso uma adequação aos nossos propósitos pode ser violento. Somos nós que devemos nos adequar ao seu vagar, aos seus silêncios, às suas falhas de memória. O ritmo interno de elaboração das lembranças deve ser o fio condutor da entrevista, e não o contrário. Com cuidado, respeitosamente, podemos nos tornar um veículo através do qual o idoso possa delicadamente desfiar suas camadas, e nos brindar com todos os personagens, os de ontem e os de hoje, que habitam sua alma.

Finalmente ela imaginou, como sua irmãzinha, no futuro, transformar-se em uma mulher adulta: e como ela iria manter, através da sua maturidade o mesmo coração simples e afetuoso da sua infância: como também ela sempre estaria cercada de criancinhas e faria os olhos delas brilharem com muitas histórias estranhas, talvez até mesmo com o sonho do País das Maravilhas de há muito tempo atrás; como ela adoraria compartilhar com suas tristezas simples e alegrar-se com suas brincadeiras ingênuas, lembrando-se da sua própria infância e daqueles felizes dias de verão. (Carroll, 2002).

As entrevistas que realizei forneceram informações que me permitiram delinear um painel de alguns elementos da rica cultura sefaradita trazidos por este grupo específico para a cidade de São Paulo. Cada encontro foi único e guardou em si um pequeno tesouro, compartilhando percepções particulares e identidades pessoais dentro de uma herança comum. Se o exercício de alguns costumes foi observado em mais de um relato, outros hábitos foram exclusivos de depoimentos específicos, e contribuíram para a ampliação do espectro registrado. Os depoimentos trataram também da relação dessas mulheres com os rituais e os costumes herdados, a língua praticada em família e a pluralidade do modo de ser de uma cultura quase esquecida, cuja memória vêm adicionar ainda mais um elemento à formação da já tão rica multiplicidade da sociedade brasileira.

Referências

BLOOMFIELD, Irene. Remembering and forgetting: a reflection on jewish experience. *European Judaism*, v. 35, n. 1, p. 101-110, 2002. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41443584?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 13 nov. 2013.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34480/37218>>. Acesso em: 24 maio 2016.

_____. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CARROLL, Lewis. *Alice no País das Maravilhas*. Petrópolis: Arara Azul, 2002. (Livro digital).

CORREA, Mariele Rodrigues. *Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/4v5z9/05>>. Acesso em: 24 maio 2016.

DEBERT, Guita Grin. Gênero envelhecimento. *Estudos Feministas*, v. 33, n. 1, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16288/14829>>. Acesso em: 24 maio 2016.

_____. Velho, terceira idade, idoso ou aposentado? Sobre diversos entendimentos acerca da velhice. *Coletiva*, v. 15, 2015. Disponível em: <http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=56:velho-terceira-idade-idoso-ou-aposentado?-sobre-diversos-entendimentos-acerca-da-velhice>. Acesso em: 24 maio 2016.

DOMINGUES, Adriana Rodrigues. O envelhecimento, a experiência narrativa e a história oral: um encontro e algumas experiências. *Psicologia Política*, v. 14, n. 31, p. 551-568, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v14n31/v14n31a09.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2016.

FERREIRA, Amauri Carlos; GROSSI, Yonne de Souza. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. *História Oral*, v. 7, p. 41-59, 2004. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=75&path%5B%5D=67>>. Acesso em: 24 maio 2016.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Breve arqueologia da história oral. *História Oral*, n. 1, p. 61-65, 1998. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=92&path%5B%5D=96>>. Acesso em: 24 maio 2016.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

_____. Individual consciousness and collective mind. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 44, n. 6, p. 812-822, 1939. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2769413>>. Acesso em: 24 maio 2016.

OS 12 PESSUKIM (passagens) da Torá. *Beit Chabat*, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.chabad.org.br/biblioteca/artigos/pessukim/>>. Acesso em: 24 maio 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Trad. Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 24 maio 2016.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, v. 15, p. 13-49, 1997. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215/8223>>. Acesso em: 24 maio 2016.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. Trad. Luiz Antonio Rodrigues Ribeiro Campos. *História Oral*, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=114&path%5B%5D=109>>. Acesso em: 24 maio 2016.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481/37219>>. Acesso em: 24 maio 2016.

Resumo: Este artigo pretende traçar algumas considerações a respeito da entrevista com idosos. Ao percorrer temas como memória, gênero, ética e ritmos, busca problematizar a atuação do pesquisador diante daqueles que desempenham o papel de portadores da memória de um grupo social.

Palavras-chave: história oral, idosos, gênero, ética, ritmo.

Frontiers of orality: brief reflections about particularities of the interview with elderly women

Abstract: This article aims to draw some considerations about the interview with the elderly. Going through topics such as memory, gender, ethics and rhythms, it seeks to problematize the role of the researcher before those who play the role of carrying the memory of a social group.

Keywords: oral history, elderly, gender, ethics, rhythm.

Recebido em 22/02/2016

Aprovado em 13/05/2016